

Grupo de Trabalho Sacolas Plásticas

Memória da 6ª Reunião

Em 27 de setembro de 2013, foi realizada a 6ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) Sacolas Plásticas nas dependências do Ministério do Meio Ambiente. A Coordenação da Reunião foi feita conjuntamente pela Secretária Mariana Meirelles da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) e pela Diretora Zilda Veloso da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU). Estavam presentes na reunião representantes das seguintes organizações:

- I. Pelo Ministério do Meio Ambiente: (SAIC) Mariana Meirelles, Ariel Pares, Vana Tércia Freitas, (SRHU) Zilda Veloso, Joaquim Oliveira e Tarcísio Tadeu Júnior;
- II. Pela Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON): Danilo Doneda e Carlos Chagas;
- III. Pela Associação de PROCON (s) do Brasil: Gisela Simona;
- IV. Pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC): Maurício Lucena, Beatriz Carneiro e Adriano Monteiro da Silva;
- V. Pelo Inmetro: Rosaura Maria de Moraes;
- VI. Pela Confederação Nacional da Indústria (CNI): Wanderley Batista (CNI), Valmor Picolo (ABIEF), Alfredo Schmitt (ABIPLAST), Simone Carvalho (ABIPLAST). Como convidados: Gino Palucci (Polimáquinas) e Miguel Bahiense (PLASTIVIDA);
- VII. Pela Confederação Nacional do Comércio (CNC): Cristiane de Souza Soares e Márcio Milan;
- VIII. Pelo Compromisso Empresarial pela Reciclagem (CEMPRE): Arilton Sousa e Camila Valverde Santana;
- IX. Pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras Nacional): Alexandre Seabra, Adriano Manoel dos Santos e Paulo Pianez;
- X. Pela Abras Região Sudeste: João Carlos Galassi;
- XI. Pelas Instituições de Pesquisa: Gil Anderi (USP);
- XII. Pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): Fernanda Altoé Daltro (convidada);
- XIII. Pelo Partido dos Trabalhadores (SP) e Representantes dos Trabalhadores da Indústria Química: Deputado Francisco Chagas (PT-SP). Como convidados: Reginaldo Sena (CNTQ/IDECOM), Victor Pagani (Sindicato de Químicos SP/ Dieese) e Osvaldo Bezerra (Sindicato de Químicos SP/ Dieese).

A reunião teve início às 10h, a Secretária Mariana Meirelles (SAIC/MMA) e a Diretora Zilda Veloso (SRHU/MMA) deram as boas vindas a todos os presentes. Houve uma breve rodada de apresentação dos presentes e a Sra. Zilda Veloso iniciou a reunião perguntando aos membros do GT se havia algum comentário referente a ata da reunião anterior. Como não houve nenhuma manifestação, a ata foi considerada aprovada. A Sra. Zilda Veloso informou que essa seria a última reunião desse grupo de trabalho e que ao final seria gerado um relatório com os principais pontos discutidos ao longo dos últimos seis meses.

Seguiu-se para os pontos da pauta do dia: 1) apresentação da campanha contratada pela ABRAS, estratégia de conscientização dos consumidores e 2) retomada da discussão dos dois últimos

Atualizado em 17 de março de 2014.

itens da proposta da ABRAS referente aos programas de incentivos financeiros (descontos) e cobranças das sacolas plásticas com o objetivo de alcançar a meta estipulada no Pacto Setorial firmado com o MMA em 2010.

A Sra. Camila Valverde, representante da ABRAS, iniciou a apresentação da campanha de conscientização com um vídeo de abertura, fez um breve resgate histórico sobre o pacto firmado com o MMA e retomou os pontos da proposta. Disse que no primeiro ano de implementação do Pacto (2011) houve uma redução de 6,4%; em 2012 foi apurado um aumento do consumo de sacolas de 1,36%; e há uma estimativa de aumento para 2013. Informou também que campanhas educativas já foram feitas nas redes de supermercado, incentivos já foram dados e o que foi identificado pela associação é que no momento da implementação do projeto nos seis primeiros meses há uma queda do consumo, mas logo em seguida ele cresce um pouco e se estabiliza. Logo estas estratégias não têm sido suficientes para alcançar uma queda radical do consumo. Sobre a proposta, a senhora Camila Valverde disse que para atingir o objetivo do pacto deve ser implementado o conjunto de ações integradas, com todos os pontos apresentados, pois uma ação isoladamente não será possível alcançar as metas acordadas no Pacto.

Em seguida a Sra. Camila Valverde apresentou a campanha realizada pela agência de publicidade África, a escolhida pela ABRAS, que abordou a redução do uso de sacolas, o problema do excesso de consumo e teve como objetivo provocar a atitude das pessoas, educando, engajando com um tom leve e bem humorado. O mote principal da campanha foi “Sacola Plástica, pegar menos pega bem”.

Logo após a exposição, houve uma rodada de perguntas e comentários. A Sra. Gisela Simona (Procons Brasil) questionou se haveria a possibilidade de ter uma avaliação da campanha no intervalo de um ano para saber se a publicidade realmente atingiu o consumidor. A representante dos Procons ressaltou que a instituição é contra o ponto da proposta da ABRAS referente à cobrança das sacolas. Disse que para aprovar ou não qualquer situação de cobrança de sacolas precisaria ter uma avaliação mais concreta da campanha.

Houve uma breve pausa na reunião para receber o Sr. Francisco Chagas (Deputado Federal – SP) e mais cinco convidados. A Sra. Zilda Veloso deu as boas vindas ao Deputado Federal (SP) e aos demais convidados. Ela relatou o histórico, os objetivos do grupo de trabalho, a construção do relatório e a pauta da reunião. O Sr. Deputado insistiu em registrar que o trabalhador é parte integrante do processo de gestão de todo o meio ambiente e deve ser tratado como tal. Disse que não identificou em nenhuma proposta anterior a reciclagem dos trabalhadores, pois caso haja a fragilidade de algum setor econômico, conseqüentemente haverá a perda de milhares de postos de trabalho. Reclamou que a presença dos representantes dos trabalhadores não foi considerada anteriormente nesse grupo de trabalho. Reafirmou que a sua posição é de conhecimento público, quanto ao uso das sacolas plásticas: uso racional das sacolas, com políticas de reutilização e reciclagem, campanhas educativas sem

Atualizado em 17 de março de 2014.

demonização. Disse ainda que participa de todos debates que visam à regulamentação do uso de sacolas com os setores envolvidos, como a indústria, os trabalhadores, o comércio, os consumidores e o Poder Público. Reiterou que é totalmente contrário a proibição do uso das sacolas plásticas, bem como a venda das mesmas, por razões já expostas, entre elas de que o consumidor já pagou e não deverá pagar novamente pelo produto.

A Sra. Zilda Veloso informou que o convite para participar do GT sobre sacolas plásticas foi feito aos trabalhadores da indústria de químicos antes da 5ª Reunião do GT, em meados de junho, e que não houve nenhuma resposta. Adicionou que a melhor maneira de suprir essa falta seria ouvindo os representantes dos trabalhadores a fim de minimizar a ausência nas reuniões. Após esse esclarecimento a Sra. Zilda Veloso retornou a discussão e respondeu à Sra. Gisela Simona (Procons) que todas as considerações, inclusive a posição do Ministério referente a avaliação da campanha da ABRAS, serão incluídas no relatório final.

A Secretária Mariana Meirelles considera que a avaliação da campanha no intervalo de um ano servirá de recomendação no relatório, com a perspectiva de avaliar a implementação do Pacto e da campanha. Ela considera importante que haja momentos de avaliação do Pacto para confirmar se estamos ou não no caminho certo.

O Sr. Maurício Lucena do Val (MDIC) disse que a possibilidade da certificação pelo Inmetro teria uma influência muito grande e tenderia a reduzir a utilização indevida e excessiva das sacolas, pois a partir do momento que se constasse a capacidade máxima na sacola, não haveria o desperdício de se utilizar duas, três ou quatro sacolas. Informou que conversou com o presidente do Inmetro e ele se manifestou favorável à certificação. Adicionou que o tema certificação atende aos interesses dos dois lados, tanto da indústria quanto do comércio. Sobre a proposta, ele entende que a campanha publicitária é um mecanismo inteligente, porém destaca que em um primeiro momento, a campanha tem um efeito de impacto, mas ela não pode se eternizar, pois na sequência perde a sua eficácia. Considerou a proposição do desconto eficiente e indutora para a redução do uso descontrolado. Outro destaque citado pelo representante do governo é que o MDIC é contra qualquer tipo de restrição absoluta ao uso, o uso pode ser feito, porém com racionalidade. Alegou que é inquestionável a decisão de se cobrar ou não a sacola, pois essa decisão é exclusivamente do comércio, porque o custo é dele. Sobre a questão da “vilanização” do produto, o Sr. Lucena considerou descabido dar esse tratamento ao produto, pois entende que o vilão não é a sacola e sim o seu uso indevido, exacerbado da sacola para outros fins além daquele que determinou a sua utilização no ponto de venda. O Sr. Lucena questionou a proposta no que se refere a cobrança com regulamentação federal, já que a prerrogativa é de o comerciante cobrar ou não pelo produto. No entanto, se for com regulamentação federal ele não saberá qual será a classificação fiscal adequada.

O Sr. Danilo Doneda (SENAICON) disse que um sistema de incentivos deve ser bem dosado e compreendido pelo consumidor, pois sem uma continuidade dos movimentos de educação e conscientização para a redução do consumo de sacolas, não será possível alcançar a meta do pacto em médio e nem a curtíssimo prazo como aparece na proposta da ABRAS. Ele citou também que

Atualizado em 17 de março de 2014.

outro ponto de impossível pactuação é o referente à regulamentação federal, ou regulamentação a qualquer nível, sobre a cobrança compulsória das sacolas. No seu ponto de vista ele considera impossível mencionar este ponto como resultado do grupo de trabalho.

O Sr. Osvaldo Bezerra (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas do Município de São Paulo) informou que encaminhou a posição dos trabalhadores referente ao tema e distribuiu o documento a todos presentes. Disse que o Pacto tem que levar em consideração os atores sociais diretamente envolvidos, no caso os trabalhadores da indústria, e adicionou que o pacto tem que estabelecer prazos para esses atores estudarem a transformação de seus negócios e profissões e se prepararem para a mudança. Ele solicitou aos representantes do GT refletirem sobre a condição dos trabalhadores, principalmente no caso das sacolas, pois qualquer impacto que possa induzir o fechamento da indústria significa também o fechamento de postos de trabalho e, conseqüentemente, impactos socioeconômicos para as famílias destes trabalhadores. O Sr. Nilson Mendes da Silva (Federação Química do Estado de SP) e Reginaldo Sena (IDECON) ressaltaram a mesma preocupação com os postos dos trabalhadores da indústria do plástico.

A Sra. Zilda Veloso esclareceu que, desde a constituição inicial do grupo, as convocações foram feitas apenas para entidades nacionais e não para as entidades estaduais. Informou também que o documento sobre a posição dos representantes dos trabalhadores da indústria somente chegou ao MMA no dia anterior a 6ª Reunião. A Coordenadora do GT disse que o documento tem pontos em comum com os adotados pelo Ministério do Meio Ambiente, pois a instituição não visa um ataque à indústria do plástico e adicionou que o MMA historicamente tem um bom relacionamento com o setor em outras pautas relacionadas ao assunto plástico.

A Sra. Secretária Mariana Meirelles reafirmou a preocupação do MMA com o impacto ambiental. E disse que além do fato de que este governo trabalha a favor de um novo modelo de desenvolvimento econômico (economia verde), reconhece também os riscos de deslocamento e a realocação dos trabalhadores nesse contexto. No que se refere à indústria química, o MMA reconhece que essa indústria pode ser transformadora do padrão de produção atual e por isso estará assinando em breve um pacto com a ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química) no sentido de construir uma direção favorável à produção sustentável a partir da química verde. Isso demonstra que o MMA não está com uma posição reativa à indústria, o que não se pode aceitar é que o uso irracional da sacola plástica gere danos ao meio ambiente e esse é o ponto de partida da discussão, por isso foi realizado o Pacto com a ABRAS e instituído o GT.

O Sr. Danilo Doneda (Senacon) disse que a sua instituição não tem uma posição estritamente contrária aos mecanismos que visam a redução da utilização das sacolas desde que a cobrança venha dentro de um sistema no qual a conscientização, a participação e o respeito ao consumidor sejam considerados. Nesse sentido a cobrança eventualmente pode ser um elemento a ser considerado desde que faça parte de um espectro de liberdade individual e não imposto por regulamentação federal.

A Sra Mariana Meirelles explicou que será mencionado no relatório do GT que a proposta da ABRAS levou em consideração a cobrança pelas sacolas plásticas. No entanto, a indústria, a Senacon
Atualizado em 17 de março de 2014.

e os Procons, após uma discussão muito efetiva, não concordaram com o item da proposta. A Secretária disse que o relatório deve ser claro e objetivo e deverá contemplar aquilo que é consenso e aquilo que foi colocado como dissenso. O GT tem que ser transparente e considerar toda a discussão que foi colocada desde a primeira reunião até hoje.

O Sr. Joao Galassi (ABRAS) considerou que é livre a iniciativa do varejo de cobrar pela sacola e que isso deveria constar no relatório. O Sr. Mauricio Lucena (MDIC) completou que no relatório deveria constar obrigatoriamente o consenso, mas outras colocações também deveriam ser consideradas no relatório. No que se refere ao dissenso, exemplificou dizendo que quando o comércio tem a perspectiva de trabalhar para o uso consciente da sacola plástica, ele identifica a cobrança como uma iniciativa exclusiva, pois ele aponta que em algum momento passará a cobrar a sacola plástica pelo preço de custo, isso é uma informação que o comércio está antecipando, isso não é fruto de dissenso e sim uma percepção no caso um registro. Não seria factível fazer uma contraposição a esse fato, pois isso é uma prerrogativa que já existe hoje do comércio: ele cobra no momento em que ele quiser. A proposta do Sr. Lucena é que se houver o consenso deve constar obrigatoriamente no relatório e o que há dissenso não pode constar, mas o que diz respeito especificamente a cada segmento, o segmento deve ter o direito de fazer uma previsão sobre uma possibilidade de adoção de medida em favor do objetivo que determinou a constituição do grupo.

O Professor Gil Anderi (USP) concordou com a avaliação intermediária sugerida pela Sra. Gisela Simona (Procons) e complementou que se a meta fosse atingida não precisaria mais da fase da cobrança.

A Sra. Rosaura Morais (Inmetro) esclareceu que uma norma técnica elaborada pela ABNT é de caráter voluntário enquanto um regulamento é compulsório. Por sua vez, um programa de certificação pode ser voluntário ou compulsório. Se o Inmetro trabalhar em um programa de certificação ele vai utilizar requisitos que avaliarão a conformidade, podendo utilizar a nota técnica existente e também criar outros requisitos que atendam àquele uso. Para tratar de um programa de certificação de sacolas plásticas, no entendimento da representante da instituição, o Inmetro adotaria o caráter voluntário, pois o obrigatório implicaria em fiscalização e custo. Logo o custo da fiscalização cairia nas costas do governo e ela considera que não deva ser responsabilidade apenas do governo. Enfatizou mais uma vez que um programa não pode usar uma norma que é voluntária e transformá-la em obrigatória.

O convidado Gino Palucci (ABIMAQ) se manifestou que no relatório final não deveria constar tudo o que foi discutido, mas somente os pontos que são consensos. Diante disso, a Sra Zilda Veloso explicou que no relatório gerado por um grupo de trabalho se pontua o que foi discutido, o que foi consensuado e o que não foi. Isso é uma prática utilizada em outros fóruns como exemplo o CONAMA. A Sra. Mariana Meirelles disse que isso é uma conduta responsável, transparente e faz parte da proposta de governança de um GT. Explicou que o relatório poderá contemplar dois capítulos: um que pontue as questões sob o ponto de vista do consumidor, do trabalhador, do varejo, da indústria; e o outro, de recomendações que claramente tem que trazer o consenso de todos os integrantes do grupo.

Atualizado em 17 de março de 2014.

O Professor Gil Anderi (USP) sugeriu que o documento contivesse algumas considerações remetendo-se ao documento que criou o grupo e depois elencasse as recomendações. O representante da USP também fez a sua proposta. Ele considera que uma das atribuições do grupo de trabalho é avaliar os reais impactos das tecnologias disponíveis para sacolas no meio ambiente natural e urbano, levando-se em conta os diferentes cenários do uso das sacolas plásticas. Considerando ainda que a avaliação do ciclo de vida (ACV) é a única ferramenta da gestão ambiental para avaliar o real desempenho ambiental de produtos, ele propôs que se faça uma recomendação ao Comitê Gestor do Programa Brasileiro de Avaliação de Ciclo de Vida (aprovado pela Resolução nº 4 de 2010, no âmbito do Conmetro) para realizar estudos em ACV das tecnologias disponíveis para as diferentes alternativas de sacolas de supermercado, visando subsidiar técnica e cientificamente os tomadores de decisão.

A Sra. Zilda Veloso pronunciou que avaliar impactos é algo que pela legislação ambiental e por outros órgãos compete a quem tem que demonstrar ou não demonstrar determinado impacto. Por exemplo, quando falamos em licenciamento ambiental, a empresa elabora o estudo de impacto ambiental e apresenta ao órgão licenciador. No caso, se eu fizer uma recomendação ao Governo para que faça um ACV do produto, vai depender do Governo pagar um estudo que faça essa avaliação. Isso depende de orçamento e de uma série de requisitos. O Governo não tem essa prerrogativa de avaliar o impacto ambiental ou avaliar o ciclo de vida do produto com recursos próprios, ou pela legislação própria. O Governo teria dificuldade frente a todas as restrições de ordem fiscal e financeira a bancar um estudo como esse.

A Sra. Rosaura Morais (Inmetro) concordou que o principal problema em realizar o estudo de ACV realmente é a questão dos recursos e disse que normalmente o estudo em ACV é do interesse do setor que produz o produto e caso a indústria tenha o interesse de mostrar interesse em realizar o estudo fica mais fácil de ser realizado.

O Sr. Alfredo Schmitt (Abiplast) considerou esse um item de interesse de todos e que o estudo deveria ser uma recomendação. Sugeriu que a indústria e o varejo vissem a possibilidade de realizarem juntos um estudo dessa natureza. Comprometeu-se junto à cadeia produtiva do plástico a buscar patrocínio para que materializar a proposta.

O Sr. Ariel Cecílio (SAIC) disse que o instrumento de ACV é relevante e que o Governo precisa reagir para mudar essa situação de “entraves”, caso contrário estaria perdendo uma ferramenta que, do ponto de vista de política ambiental, é central e, portanto, uma oportunidade do setor produtivo em ajudar o governo. Ressaltou que um estudo como esse provavelmente terá um impacto significativo em toda a discussão.

O Prof. Gil Anderi esclareceu que sua proposta de recomendação não era no sentido do Governo realizar os estudos, mas sim do Comitê Gestor do Programa Brasileiro de ACV promover a realização dos estudos.

Atualizado em 17 de março de 2014.

O Sr. Wanderley Baptista (CNI) disse que a questão da cobrança é um ponto sensível e que a proposta da CNI é: “o GT não recomenda a obrigatoriedade da cobrança”. Quer dizer, ninguém é obrigado a cobrar. Como também: “o GT não recomenda a obrigatoriedade da gratuidade de distribuição de sacolas”. A CNI não pode obrigar ninguém a distribuir gratuitamente, mas também não pode obrigar a cobrar por isso, assim a liberdade econômica estará sendo posta no papel.

João Galassi (ABRAS) disse que se sentiria confortável ao sair desta reunião para executar algumas ações, no caso, explicitar o preço das sacolas e com o recurso arrecadado direcionaria para entidades assistenciais. Ele entende que dessa maneira estaria contribuindo com a sociedade e com o meio ambiente mostrando com transparência a destinação do dinheiro da cobrança das sacolas.

A Sra. Gisela Simona (Procons) questionou o meio (TV, rádio site) por qual se daria a veiculação da campanha pela ABRAS e remeteu-se novamente a proposta da avaliação feita no início da reunião. Ela ressaltou que o grupo não deveria cometer os mesmos erros do passado e, além disso, que a campanha deveria ser educativa e atingir a mudança de comportamento do consumidor. Logo deve ficar claro qual será o investimento para que essa campanha chegue a todas as pessoas, pois se forem somente redes associadas a ABRAS ela não terá sucesso. Explicou que em alguns estados da federação existem grandes redes nas capitais, porém muitas vezes a campanha não chega ao interior dos estados e por isso nem todos os consumidores teriam acesso à informação qualificada. Disse também que devido ao fato da representante da ABRAS, Sra. Camila Valverde, citar em sua apresentação que a proposta da ABRAS só valeria caso todos os pontos da proposta fossem aprovados, nesse caso, a posição dos Procons Brasil é contra, pois não é consenso o ponto sobre a cobrança para a sua instituição. Respondeu para o Sr. Galassi que ele poderia sair tranquilo da reunião para realizar qualquer ação reportada por ele, porém não garantia isso em nome dos Procons, porque, embora exista a livre iniciativa, a própria Constituição Federal quando estabeleceu o princípio da livre iniciativa ela também estabeleceu a defesa do consumidor. Não acredita que um hábito que está culturalmente imposto a 30 anos, de adquirir as sacolas “gratuitamente”, mudará em um ano e meio. Por esse motivo ela acredita que as regras deveriam ser claras. Disse também que não concordava com qualquer texto que ponha em desequilíbrio a livre iniciativa do varejo em cobrar ou não pela sacola e a defesa do consumidor. Adicionou que a campanha apresentada para o grupo é mais uma campanha publicitária do que educativa e que merecia sim mais tempo para ser aprovada. Disse que o vídeo “vilaniza” o consumidor sinalizando que ele que faz errado e que não é educado para fazer corretamente. Finalizando a sua manifestação, a Sra. Gisela Simona disse novamente que é contrária à proposta da ABRAS no que se refere à cobrança.

A Sra. Zilda Veloso disse que o fundamental deste grupo é discutir as recomendações para que elas sejam incorporadas ou não ao pacto. O objetivo não é modificar o pacto e sim trazer recomendações para que as metas sejam alcançadas. Esclareceu que o grupo conseguiu perpassar por diversos temas que era de sua atribuição como: abordou diferentes tecnologias, selecionou tópicos e conteúdos, discutiu padrões de consumo sustentável, identificou instrumentos normativos. Considerou que o grupo exerceu o seu papel.

A Sra. Camila Valverde (ABRAS) disse que a ABRAS paga hoje mais de 100 milhões de
Atualizado em 17 de março de 2014.

reais para a indústria do plástico e repassa ao cliente embutindo o preço em todas as mercadorias. Ela informou que a ABRAS quer mudar esse processo, retirando o preço da mercadoria e precificando diretamente a sacola. Logo quem quiser a sacola poderá pagar por ela. Explicou que esse modelo associado à campanha de conscientização é o ideal e se a SENACON quiser discutir a fase de conscientização da campanha a ABRAS estará aberta para essa discussão.

A Sra. Mariana Meirelles colocou a importância da prestação de contas do trabalho que o governo faz, pois não pode instalar um Grupo de Trabalho durante 6 meses e não responder a sociedade. Ressaltou que o relatório tem que ter a responsabilidade de retratar de forma fiel o que aconteceu durante esse período e garantir que o relatório expresse os acontecimentos e as recomendações.

A Sra. Cristiane Soares (CNC) disse que não existe legislação que obrigue o comércio a dar embalagem secundária e também não tem nada que obrigue a cobrar ou não cobrar. Acredita que tenha que haver um “desmame” cultural e que o comércio tenha tempo para passar isso para o consumidor. Entende que não houve consensos no grupo de trabalho, porém é preciso cumprir a meta de 40% de redução e a CNC vai apoiar a ABRAS para atingir a meta, mesmo que seja complicado. Falou que não existe nenhum tipo de fato que queira lesar o consumidor, muito pelo contrário ela acha que ele é lesado quando um consumidor adquire a sacola e não recebe nada de volta. Todo mundo acaba pagando nessa história. Ressaltou que a ABRAS tem assinatura do pacto e a CNC apoia a ABRAS e disse que representantes da CNC terão algumas conversas com o MMA.

Antes dos encaminhamentos finais a Secretária Mariana Meirelles informou que o grupo de trabalho acabaria, mas o pacto continuaria em vigor e o MMA partirá para uma rodada de conversas com a ABRAS, no sentido de viabilizar a meta de 2015. Disse também que agora que o MMA tem a responsabilidade concreta de elaboração do relatório seria importante ter em mãos todos os documentos que fizeram parte desse processo. A Secretária solicitou mais uma vez a Nota Técnica da SENACON para contemplá-la no relatório.

A Sr. Danilo Doneda disse que a Nota Técnica ficou de ser elaborada pela SENACON, na terceira reunião do grupo de trabalho, mas ainda não foi feita porque a instituição carece de elementos objetivos para uma discussão mais a fundo. Disse que estão todos com muito trabalho e assume a sua parcela de culpa por não ter encaminhado anteriormente e afirmou que irá elaborar e encaminhar a Nota Técnica. Destacou que o posicionamento da Senacon é pela informação clara e objetiva sobre os usos e efeitos das sacolas plásticas no meio ambiente, de modo que o consumidor possa, de forma livre e consciente, utilizar da forma mais adequada as suas sacolas. Explicou que em nenhum momento do GT a SENACON se posicionou a favor ou contrário à cobrança das sacolas plásticas em si, tendo apenas deixado claro que não entendem pertinente a regulamentação da obrigatoriedade da sua cobrança. Consideram que esse tipo de procedimento é uma decisão do empresário, cuja implementação deve se pautar pelo respeito aos direitos à informação e à liberdade de escolha do consumidor.

Atualizado em 17 de março de 2014.

Encaminhamentos finais: a Secretária Mariana Meirelles informou que o MMA irá: elaborar o relatório final, fazer uma análise de todas as atas anteriores, reunir todos os documentos como as propostas encaminhadas pelo setor, as cartas, a nota técnica da SENACON, a manifestação dos trabalhadores da indústria e outros. Após essa primeira etapa, a tentativa será uma discussão virtual sobre o relatório. Caso não seja possível, a Secretária sugere que haja uma reunião extraordinária do grupo. A Sra. Mariana Meirelles finalizou agradecendo a presença de todos pela contribuição não somente nessa última reunião, mas em todas as fases do processo.

Ao final da reunião do GT, a Sra. Zilda Veloso agradeceu a presença e os esforços de todos os integrantes do grupo. Disse que, desde que assumiu a Diretoria do Departamento de Ambiente Urbano, todo dia ela tem um desafio diferente e esse grupo não foi diferente. Agradeceu a disponibilidade e o apoio financeiro com a vinda de todos, além do tempo e trabalho dedicados de cada um e agradeceu também de antemão as contribuições na troca de informações para o relatório final do grupo. Não havendo mais colocações, a reunião foi encerrada.

Brasília, 02 de Dezembro de 2013.

Vana Tércia Freitas - Analista Ambiental – MMA

Apoio ao GT Sacolas Plásticas - e-mail: vana.freitas@mma.gov.br

Atualizado em 17 de março de 2014.